

# 013

## CRIMINALIDADE, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS - 2 SUB SESSÃO

SESSÕES TEMÁTICAS



# SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ: ANÁLISE HISTÓRICA DA VIOLÊNCIA NO ESTADO E DA POLÍTICA PÚBLICA DE ENFRENTAMENTO DO ATUAL GOVERNO ESTADUAL – CEARÁ PACÍFICO

Marcelo Rodrigues Rabelo (UFC)  
Larissa da Silva Ferreira (UFC)  
Autor Valdiana Silva de Oliveira (UFC)  
Gabrielly Souza Andrade (UFC)  
Suely Sagueiro Chacon (UFC)

## RESUMO

O artigo aborda um breve panorama acerca da evolução da violência no estado do Ceará, analisando na sequência a política pública do atual governo, “Pacto por um Ceará Pacífico”, que tem por objetivo a redução dos índices de criminalidade no estado, além da melhoria nos processos de segurança sustentável a médio e longo prazo. A partir desse conceito uma matriz SWOT é construída para embasar a formulação de uma agenda política com proposta de reformas que possam melhorar a política pública.

Palavras-chave: Segurança Pública; Políticas Públicas; Nordestinização do crime; Estado do Ceará; Ceará Pacífico.

## ABSTRACT

The article discusses a brief overview of the evolution of violence in the state of Ceará, analyzing in the sequence the public policy of the current government, “Pact for a Pacific Ceará”, which aims to reduce crime rates in the state, as well as improving sustainable processes in the medium and long term. From this concept a SWOT matrix is built to support the formulation of a political agenda with proposals for reforms that can improve the analyzed public policy

Keywords: Public Security; Public policy; Northeasternation; State of Ceará; Ceará Pacífico.

## INTRODUÇÃO

Tratar de temas como segurança pública no contexto democrático é pensar que ao se propor políticas e programas na área, elas precisam ser submetidas à fiscalização, mecanismos de controle e acompanhadas por vários setores da sociedade civil. Ao passar do tempo, surgem novas demandas por fatores sociais e até mesmo jurídicos que exigem que a gestão pública se adapte da forma mais eficiente e geradora de resultados positivos.

Contudo, ao se falar em segurança pública nota-se a baixa eficiência em se fazer políticas públicas inovadoras para minimizar os impactos da violência nas grandes metrópoles brasileiras. O fato de o Brasil ter se tornado a principal rota de tráfico da América Latina, contribuindo como um dos principais pontos de parada para o abastecimento do narcotráfico internacional (INCSR, 2014), gerou enorme impacto quanto ao crescimento do tráfico de drogas e surgimento de facções criminosas que hoje assumem o controle do país.

Trazendo a discussão para o âmbito estadual, especificamente o Ceará, o aumento significativo da violência e criminalidade no estado na última década, intimidada a população e encurrala o poder público que, em tentativas falhas, buscam criar soluções de combate e diminuição da expansão da violência no território cearense. Em decorrência desse crescimento exacerbado da criminalidade na capital cearense, Fortaleza, é a mais violenta do país, com 78,1 assassinatos para cada 100 mil habitantes, em 2016, segundo o IPEA.

Uma das causas para o acontecimento de eventos que ao longo dos últimos anos tem assolado o estado do Ceará se dá por conta da “nordestinização” do crime. Até os anos 2000 os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo eram os principais polos de criminalidade do país, após 2010, houve a migração das principais facções para o Ceará, que trouxe como maiores efeitos o crescimento das taxas de homicídios e crimes violentos.

As razões que motivaram as discussões acerca desse tema deu-se pela necessidade que nós, graduandos em políticas públicas, sentimos ao olhar para o atual cenário que nosso estado se encontra em detrimento das más gestões e erros ao se pensar em implementar instrumentos eficientes de enfrentamento para o controle da criminalidade. Seguimos com a principal ideia de que é possível que a gestão pública possa ser o suporte de prevenção, articulação e coordenação nos programas de políticas públicas, trabalhando em colaboração com a sociedade civil para a construção de um estado seguro, garantidor de direitos e democrático, pensando não apenas em programas de governos populistas e midiáticos, mas mostrando que a “política pública é um conjunto de decisões e não uma decisão isolada.” (LIMA, 2012), e por isso deve-se pensar no bem coletivo, gerando o melhor impacto possível.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### HISTÓRICO DA CRIMINALIDADE EM ÂMBITO NACIONAL

Em 1907, 100% dos presos foram condenados por terem cometido crimes contra a pessoa. Entre os 2.833 condenados na época, 2.422 tinham cometido homicídio; 53, tentativa de homicídio; 223, lesão corporal e 135, “violência carnal”. Em 1985, dos 39.609 presos, 57,8% foram condenados por crimes contra o patrimônio e 26,5%, por crimes contra a pessoa. Vale lembrar que, alguns crimes só começaram a ser mencionados depois dos anos 40. É o caso do crime contra o patrimônio, que aparece a partir do anuário de 1943. Já o tráfico e uso de entorpecentes (classificado como crime contra a Saúde Pública) é um fenômeno da década de 1960 e, em vinte anos (entre 1965 e 1985), mais que triplicou o número de condenações. (IBGE, 2003).

Após a década de 1980, o Brasil se tornou uma das principais rotas do abastecimento e comercialização do narcotráfico internacional, e passou a abastecer, por exemplo, países da Europa, África e Ásia, segundo a ONU. Com o crescimento da comercialização de drogas, que até os anos 2000 tinham maior destaque na região sudeste, especificamente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, marcado pelo tráfico nos morros das capitais. Entretanto, com as frequentes intervenções policiais nas comunidades, com intuito de pacificação e extermínio das “bocas de fumo”, gerou um deslocamento das facções criminosas para outras regiões do país, causando um fenômeno a partir dos anos 2010 conhecido como a “nordestinização” do crime, que será comentado mais a frente no artigo.

De acordo com dados do 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, apenas em 2016 foram registrados 61.619 homicídios em todo o país, o equivalente a 169 assassinatos por dia. São 2.749 mortes violentas a mais que durante o ano de 2015, colocando o registro como o mais alto número de assassinatos em toda nossa breve história democrática. O Brasil atingiu pela primeira vez o patamar de 30 homicídios por 100 mil habitantes na sua história. Entre os anos de 2006 e 2016, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil, revelando que o índice de morte da maioria dessas vítimas é por armas de fogo com taxas de 71,1% em 2016.

As causas para o Brasil encontrar-se nesse cenário de instabilidade e caos na segurança é fruto de direitos negados e negligenciados a grande parte da população brasileira, pobre e marginalizada, que teve seus direitos básicos negados ou ofertados com uma péssima qualidade durante uma vida inteira. O fato de vivermos num contexto econômico capitalista, onde comprar, usar e possuir é um desejo de todos, quem não tem poder de compra se vê perdido num mundo onde o importante é ter e não ser. A injustiça social é a variável principal para a insegurança pública, a violência e a criminalidade:

“A causa mater da violência é o somatório de um tripé absolutamente explosivo: a péssima distribuição de renda, a ideologia consumista (especialmente predominante nos segmentos mais jovens, independentemente de classe social, os mais vitimizados e mais perpetradores de crimes) e a quase ausência do mundo adulto na condição educadora (que é, sempre e necessariamente, a da provocação construtiva do juízo moral autônomo, da autonomia intelectual e dos valores solidários)” (BALESTRERI, 2010)

Diante desse cenário, vemos que o Estado falha ao não garantir direitos sociais básicos assegurados pela Constituição Federal de 1988:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, na forma desta constituição. (Constituição/88 n°90, de 2015)

Não se pode resolver o problema da segurança pública sem antes olhar sob um viés sociológico de como as relações sociais foram construídas e de como o estado com resquícios de clientelismo, negligenciou uma classe inteira. “A sociedade exige o sucesso e a ascensão de seus membros, mas não oferece oportunidades, levando as pessoas a buscarem isso de forma ilegal” (BIANCHI, 1995).

#### A “NORDESTINIZAÇÃO” DA EPIDEMIA DO CRIME

A atuação da América Latina no narcotráfico internacional é o ponto de princípio para a compreensão do que vem acontecendo no Brasil. Após a década de 1980, Paraguai e Brasil se consolidam no narcotráfico internacional, produzindo e exportando cocaína para o mercado estrangeiro. Os países do Cone-Sul entraram no mapa das drogas após a declarada guerra dos Estados Unidos contra as drogas, pressionando países como Colômbia e Bolívia, assim ocasionando a migração desses grupos criminosos para países mais expostos e desprotegidos que não prejudicassem as atividades de comércio e produção. Isso acabou gerando um fenômeno chamado “efeito balão”: quando a pressão aumenta em um ponto, o fluxo de ar se move para áreas de menor resistência (O.MORA, 2018).

Até os anos 2000, Rio de Janeiro e São Paulo eram destaques nos índices de criminalidade e tráfico no país. Em combate ao crescente aumento das taxas de violência, O Governo carioca cria as UPPs que tinham como objetivo instalar uma polícia pacificadora nas grandes comunidades. A primeira foi implementada em 2008 no Morro Santa Marta, após um enorme confronto entre polícia e traficantes. Desde então 38 UPPs já foram implantadas e aqui não nos cabe fazer uma crítica à eficácia dessa política, mas diante das constantes intervenções da força policial nessas comunidades, grandes facções criminosas tiveram que expandir seu território para outras regiões, fortalecendo e aumentando o poder e controle nestes.

O termo “nordestinização” passou a ser usado depois que houve a migração de facções criminosas do Sudeste do país para a região Nordeste, por ser um território de menor resistência e por ter uma localização geográfica que facilita a compra e venda de narcóticos para dentro e fora do país. Junto com esse fenômeno houve o crescimento na taxa de homicídios e da rota internacional do tráfico. O aumento da comercialização fez a disputas entre grupos rivais crescer, elevando o número de mortes por crimes violentos a níveis alarmantes. A taxa de homicídios no Ceará saltou de 25,5 mortes por 100 mil habitantes em 2009 para 52,2 mortes por 100 mil habitantes em 2014.

No Brasil, dois municípios têm taxa superior a 100 homicídios por arma de fogo para cada 100 mil – número equivalente ao de zonas de guerra. São eles: Mata de São João (102,9), na Bahia, e Murici (100,7), em Alagoas, ambos em regiões metropolitanas do Nordeste. Para o cálculo, foram consideradas as cidades com mais de 10 mil habitantes, onde aconteceram 98% dos assassinatos por arma no País, no período de 2012 a 2014. Já o ranking, liderado por Fortaleza, no Ceará, tem como base as taxas de 2014. Lá, foram 81,5 homicídios por arma de fogo por 100 mil habitantes. Na sequência, aparecem Maceió (73,7), São Luís (67,1), João Pessoa (60,2), Natal (53) e Aracajú (50,5).

São dados assustadores que demonstram claramente que as políticas de segurança pública têm servido apenas medidas paliativas para situações emergenciais, afastada da realidade social. Os agentes e gestores públicos preocupam-se apenas em criar políticas de governo e não de estado, contribuem assim de forma indireta, para que esse quadro continue sem perspectivas de melhora.

Para Xavier (2016), o crescimento desordenado da violência e da criminalidade no Brasil, de modo geral, e no estado do Ceará, de modo específico, está associado a fatores de risco com legado oriundo das profundas desigualdades social e econômica, historicamente construídas; da perversa distribuição de renda; da grande disponibilidade de armas em poder indevido; da indistinção de tipos penais nos cárceres; da falta de programas de inclusão social; da formação de um Estado com pilastras baseadas numa cultura de violência; e da falta de inclusão das políticas públicas de Segurança Pública na agenda de discussão exequível, dentre tantos outros.

“Planejamento, monitoramento, avaliação de resultados, gasto eficiente dos recursos financeiros não têm sido procedimentos usuais nas ações de combate à criminalidade, seja no executivo federal, seja nos executivos estaduais. Desse ponto de vista, a história das políticas de segurança pública na sociedade brasileira nas duas últimas décadas se resume a uma série de intervenções governamentais espasmódicas, meramente reativas, voltadas para a solução imediata de crises que assolam a ordem pública [...]” (SAPORI, 2007, p. 109).

## A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ: EVIDÊNCIAS E DESAFIOS

Os problemas de segurança pública que o Ceará tem enfrentado nos últimos anos não se isola do cenário nacional, entretanto, a conjuntura sociopolítica do estado mostra especificidades no modo em como as políticas são desenhadas e implementadas. Os últimos mandatos locais, não abriram espaço para o diálogo e discussão das políticas e programas de segurança pública de seus governos, mantendo um modelo conservador nada democrático, de decisões centralizadas e isoladas sobre um problema social frágil e extremamente vulnerável.

Os problemas de segurança pública no Ceará têm causado um desgaste e desconforto político nos governantes. Brasil, (2003) afirma que a segurança pública no Ceará se constitui em uma área que tem se baseado,

(...) em um modelo que, para se manter, busca confiabilidade e legitimidade para suas ações sem que para isso tenha necessariamente que alterar sua estrutura de poder, ou ainda, dividir com os seus possíveis “parceiros”, a sociedade civil organizada, a elaboração de uma política de segurança pública e a responsabilidade maior não só de fiscalizar, como também de definir e gerenciar essa política (ibidem, p.216-7).

Segundo o IPEA, o aumento das taxas de criminalidade dispararam no governo de Cid Gomes (2006/2010 - 2011/2015). Em 2006, segundo o Mapa da Violência, 1.793 pessoas foram assassinadas no Estado e, em 2012, o número de mortos chegou a 3.840, entretanto, o governo Cid Gomes foi o que mais investiu na história do estado em segurança pública (comparando-o a seus antecessores), os gastos no setor ultrapassaram de R\$ 1 bilhão e 500 mil reais.

O governo Cid Gomes ficou marcado pela implementação da política de segurança pública “Ronda do Quarteirão”. Esse programa tinha como principais objetivos aproximar a polícia da comunidade, facilitando diálogo, locomoção, sensação de segurança e familiaridade, já que a proposta era uma polícia comunitária sempre a postos para atender as demandas da comunidade. Não faltaram investimentos nesse programa por parte do estado: compra de viaturas modernas, concursos para novos agentes, equipamentos comprados e renovados, mas como pode-se ver, o estado investiu apenas em medidas ostensivas, que logo levou o programa a ser fonte de críticas e insatisfação popular. Logo os casos de corrupção dos agentes foram surgindo, junto o aumento de homicídios, tráfico de drogas, assaltos e furtos. Os investimentos feitos, as trocas de comandos e promessas de mudanças frente às situações-limites enfrentadas, não foram capazes de instaurar e promover o que se colocava em torno da esperada “mudança de mentalidade”.

Nos anos de 2013, 2014 e 2015, as taxas de crimes violentos letais e intencionais cresceram exponencialmente, com índices de 4.395, 4.439 e 4.019 respectivamente, segundo dados da SSPDS. Em 2016 houve uma baixa nesses índices, foram registrados 3.407 crimes letais, graças ao acordo de paz entre as facções rivais que controlam o tráfico no estado, o Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC). Entretanto, com a formação de uma força local feita por moradores, denominada Guardiões do Estado (GDE) e posteriormente a parceria feita com o PPC, o estado entra em guerra novamente. Após isso as facções buscaram delimitar seus territórios, os muros das comunidades passam a conter avisos de quem “manda” ali, políticas como entrar nos bairros sem capacete e de vidro abaixado se tornam comuns, gerando pânico e pedidos da sociedade para que essa situação fosse solucionada.

Em 2017, o Ceará registrou assustadores 5.134 homicídios, um aumento de aproximadamente 50% em relação ao ano anterior. Segundo Barreira (2018), a causa do crescimento da violência no Ceará é por conta de “uma disputa de poder entre as facções e também algumas disputas internas e realinhamentos de interesse”. Em 2018, novamente há uma queda nos índices com 4.518 crimes violentos e intencionais (CVLI).

Vale salientar que as maiores vítimas do aumento da criminalidade são jovens pobres e negros. Os dados do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência mostram que, de janeiro a julho de 2017, 522 adolescentes foram assassinados no Ceará, especificamente em Fortaleza, houve um aumento em 2017 de 71% crimes de violência letal de adolescentes em relação a 2016.

O governo Camilo Santana (2015 - atualmente) no contexto atual da segurança pública, desenvolveu o projeto “Pacto por um Ceará Pacífico”, que será abordado mais profundamente no próximo tópico, que visa garantir o amparo às populações mais vulneráveis com medidas sociais, proporcionando a sociedade o diálogo e participação efetiva na construção de resultados positivos para essa política pública.

## O PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO

A política pública que analisamos “Pacto por Um Ceará Pacífico” é coordenada pelo governo do estado do Ceará. Criada com o intuito de criar uma cultura de paz nos territórios onde os índices de violência aumentaram substancialmente. O enfrentamento que a política pública em questão defende é de ação preventiva e social, compreendendo os direitos universais a proteção, amparo, defesa e justiça das camadas mais vulneráveis da sociedade.

Segundo o relatório do Desenvolvimento Humano 2013, do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), as políticas de controle da criminalidade não podem ser aplicadas isoladamente, sendo necessária sua articulação com políticas públicas que promovam melhores condições de vida às pessoas com maior vulnerabilidade, através da prevenção da criminalidade e violência, com um crescimento econômico inclusivo e com a consolidação das instituições de segurança e justiça trabalhando eficazmente.

Para isso, a política pública analisada utiliza uma articulação multi-institucional entre Estado e sociedade mobilizando organizações que atuam nas áreas de saúde, educação, assistência social, planejamento urbano e segurança. Busca participantes, processos de engajamento e mobilização social, estabelecimento de acordos e metas, divisão de tarefas e responsabilidades, além de mecanismos de monitoramento e avaliação das ações planejadas, em uma perspectiva que aproxime a população mais diretamente atingida por essa crescente violência.

Essa forma de pensar o problema da segurança pública é corroborada por Khan e Zanneti (2005) onde afirmam que na última década, parece ter ocorrido um alargamento da questão de segurança pública, tanto do ponto de vista conceitual quanto do ponto de vista administrativo: de problema estritamente policial passou a figurar como questão multidisciplinar, envolvendo diversos níveis e instâncias administrativas. Uma mudança significativa, já que o artigo 144 da constituição federal atribui aos governos estaduais a responsabilidade sobre as polícias civis e militares, o que compromete e limita a atuação federal e municipal.

Com a mudança de paradigma, essa política, que é uma iniciativa do governo estadual, amplia esforços e recursos, estimulando a integração das ações, favorecendo a intersetorialidade e transversalidade e o aperfeiçoamento da atuação governamental, dando oportunidade de ações articuladas com a União, prefeituras e outros poderes constituídos.

Objetiva especificamente articular e mobilizar os atores sociais de diversas áreas, valorizar experiências de convivência comunitárias e práticas cidadãs, contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados pelas diversas esferas públicas, fortalecer políticas de segurança pública combinadas com ações preventivas e fortalecer o sistema de justiça.

A política é multifacetada e abrange várias áreas de outras esferas do serviço público. É um planejamento estratégico público que visa abordar as problemáticas ocasionadas pelo aumento da violência. Segundo Ferreira (2008), no atual cenário da sociedade, onde a violência e a criminalidade perseguem o Estado como um de seus mais graves problemas, a ferramenta do planejamento estratégico é básica ao preparo e controle preventivo e repressivo. O “Pacto por Um Ceará Pacífico” tem três dimensões que podem ser vistas no diagrama abaixo:



Figura 1: Dimensões de atuação da política "Pacto por um Ceará Pacífico"



Fonte: Elaboração própria a partir de material disponibilizado pela vice-governadoria

Conforme observado em Huertas (2004) a segurança pública é um campo fértil para a abordagem do planejamento estratégico público (PES), inclui os atores sociais, bem como evoca a participação das entidades representativas da sociedade, a adoção de uma abordagem política e social, o abandono do viés tecnocrático e autoritário, levando em consideração a diversidade de opiniões, projetos e representantes dos segmentos sociais especializados.

A política pública em questão busca parcerias com o governo federal e municípios, assim como o poder judiciário e o poder legislativo, porém sempre preservando a autonomia de cada um. Esses atores devem ter um plano de trabalho assinado, que é regularmente monitorado para verificar se o comprometimento está sendo de fato, colocado em prática.

Tem uma estrutura de governança orientada para resultados que contemplem diferentes níveis de tomada de decisão para a análise de problemas, para a busca de soluções e para a avaliação de resultados. O modelo de governança é organizado em três níveis: estratégica, gerencial e operacional com atribuições próprias mas que devem trabalhar de forma articulada e coordenada no monitoramento da execução das iniciativas, como foco nos fluxos de decisão e de informações.

#### MATRIZ SWOT E PROPOSTA DE AGENDA POLÍTICA

A matriz SWOT é uma ferramenta utilizada para realizar a análise de ambiente e servir de base para planejamentos estratégicos. Segundo Chiavenato e Sapiro (2003), sua função é cruzar as oportunidades e as ameaças externas à organização com seus pontos fortes e fracos. A avaliação estratégica realizada a partir da matriz FOFA é uma das ferramentas mais utilizadas na gestão estratégica competitiva.

A partir desse conceito podemos observar (Quadro 1) a matriz aplicada a segurança pública no estado do Ceará, montado a partir das visitas realizadas, entrevistas e revisão da literatura.

Quadro 1 – Matriz SWOT

FORÇAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Novas políticas de desenvolvimento sustentável;</li> <li>- Abertura do diálogo entre comunidade e estado;</li> <li>- Cooperação multifacetada de diversas áreas do setor público;</li> <li>- Dados sobre violência atualizados .</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação das UNISEGS em territórios de vulnerabilidade;</li> <li>- Crescimento do investimento estadual em áreas sensíveis mesmo com o cenário de retração fiscal;</li> <li>- Parcerias com empresas do setor privado, ONGs e comunidade.</li> </ul>
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Corrupção dos agentes;</li> <li>- Desvalorização salarial dos profissionais das diversas áreas;</li> <li>- Equipamentos obsoletos;</li> <li>- Educação de jovens e adultos;</li> <li>- Falta de treinamento para os agentes;</li> <li>- Desconfiança dos agentes e da população com a política pública estabelecida.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Nordestinização” do crime;</li> <li>- Crescimento das facções;</li> <li>- Ampliação do mercado consumidor de drogas;</li> <li>- Falta de urbanização em assentamentos;</li> <li>- Decadência do sistema carcerário;</li> <li>- Falta de um sistema de informações unificado em âmbito nacional;</li> <li>- Sensação crescente de impunidade.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na pesquisa

A partir dos dados obtidos e da matriz FOFA, construímos a agenda política proposta que ajudaria na redução dos alarmante índices de violência no estado. Colocaremos a problemática e, abaixo da mesma, a sugestão:

1. Corrupção dos agentes

Fiscalizações e valorização da Profissão.

2. Desvalorização salarial

Redução das horas trabalhadas, além do aumento salarial, seguindo a inflação real.

3. Armamento obsoleto

Retenção e reaproveitamento de armamentos apreendidos, com a devida autorização da justiça e testes necessários. Para isso deve-se agilizar o sistema judiciário permitindo que os armamentos, que são prova dos crimes, sejam liberados mais rapidamente e não se deteriorem.

4. Falta de melhores treinamentos

Obrigatoriedade de treinamentos físicos, de situações de estresse e com armas, dentro do horário de trabalho.

5. Falta de suporte psicológico aos agentes e famílias de vítimas da violência

Realização de concurso para provimento de cargo de Psicologia, de forma que cada psicólogo seja responsável por no máximo, 500 agentes. Tratamento para as famílias vítimas de violência.



## 6. Educação de jovens e adultos

Investimento maior em educação de qualidade que permita aos cidadãos uma oportunidade de trabalho justa, evitando que entrem/ retornem ao crime. Investimento em bolsas para jovens e adultos de modo que não abandonem os estudos. Também permitir atividades aos finais de semana na escola do tipo artísticas, culturais de esporte e lazer, nas áreas mapeadas em que se verifique maior suscetibilidade à prática de crimes.

## 7. Desconfiança dos agentes e da população com a política pública estabelecida

Aproximação maior do Estado junto às comunidades, conhecendo as peculiaridades de cada área. Cursos para agentes que mostre a importância de um novo modo de abordagem e as vantagens de ter uma população que os apoie pelo tratamento que lhes é dado e não somente pelo medo. Promover atividades culturais dentro dos territórios em vulnerabilidade, valorizando as características da população que lá habitam. Investir no policiamento comunitário.

## 8. “Nordestinização” do crime

Investimento nas fronteiras do estado, melhores viaturas, armamentos, treinamentos e, principalmente, trabalhar a inteligência da polícia de modo a prevenir a entrada de drogas, armas e chefes do tráfico de outras regiões. Responsabilização judicial dos “grandes” traficantes independentemente de sua condição financeira, visto que existe um pensamento crescente de que a justiça é branda com quem tem melhores condições financeiras.

## 9. Crescimento das facções

Trabalhar junto às áreas mais vulneráveis à violência. Investir em práticas que permitam aos jovens manterem-se longe da criminalidade. Cada área deve ser mapeada para se desenvolver uma política pública direcionada, levando em conta suas características. Buscar melhorias nas medidas socioeducativas e de ressocialização, de modo que os reclusos possam retornar a sociedade sem precisar recorrer ao crime e que não sejam recrutadas pelas facções dentro da instituição que esteja cumprindo sua pena.

## 10. Ampliação do mercado consumidor de drogas

Ampliar e adequar a rede de atendimento psicossocial de álcool e drogas para atendimento aos que fazem uso abusivo. O atendimento também deve ser estendido às famílias dos usuários, de modo que as oriente a lidar com o problema. Buscar medidas que evitem o primeiro consumo, com propagandas, atividades e oficinas dentro das comunidades mostrando o perigo do uso. Proibir qualquer publicidade de drogas e aumentar as alíquotas de impostos desse segmento.

## 11. Falta de urbanização em assentamentos

Promover a urbanização integrada dos assentamentos precários para permitir que os moradores tenham condições de ir e vir com facilidade. Melhorar ruas, becos e vielas para permitir ações do governo do estado tanto em medidas preventivas como ostensivas. Melhorar o acesso dos moradores e facilitar a implementação das políticas públicas.

## 12. Decadência do sistema carcerário

É dentro do sistema carcerário que muito jovens submetem-se ao crime. Para que isso não ocorra, o governo do estado deve promover uma ressocialização digna e efetiva. Deve, contudo, também melhorar a estrutura dos presídios com a instalação de bloqueadores e câmeras de videomonitoramento. Separação dos detentos por grau de crime cometido e não por facção. Investimento nos agentes penitenciários de modo a valorizar a profissão e evitar corrupção dos mesmos.

## 13. Falta de um sistema de informações unificado em âmbito nacional

Acordo entre os Entes Federativos para instalação de um sistema unificado de informações de modo que ajude a prevenção de crimes e identificação de suspeitos em tempo real.

#### 14. Sensação crescente de impunidade

A sensação de impunidade acontece em todos os setores da sociedade. É cada vez mais crescente a ideia de que quem tem dinheiro não paga por seus crimes. É necessário estabelecer procedimentos detalhados e contínuos de investigação, resolução e julgamento dos crimes cometidos, de modo que essa sensação seja dissipada. Deve haver uma integração entre segurança pública e sistema de justiça para garantir precisão das informações das vítimas e seus familiares para evitar possíveis fraudes. Melhorar a polícia forense do estado para ajudar na elucidação dos crimes e por fim, melhorar o processo de ressocialização para que pena seja cumprida de forma integral, com os benefícios dados somente ao detento de bom comportamento e que se mostre “recuperado” do crime cometido.

A composição e motivação dessa agenda política são baseadas nos números cada vez mais crescente dos índices de violência no estado do Ceará. Como abordamos uma política pública que já foi implementada no estado, buscamos trabalhar junto a abordagem que lhe é dada. Por ser multifacetada, não deve ser considerado apenas um aspecto para resolução da problemática. Mas sim, unir diversos setores da sociedade e do Estado para melhoria dos resultados.

#### PROPOSTAS PARA MELHORIA DA POLÍTICA PÚBLICA “PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO”

Ao analisarmos a política pública verificamos alguns pontos que podem ser melhorados na mesma para que os objetivos propostos sejam alcançados. São eles:

1. Investimento na promoção da política para que ela chegue de forma inteligível a população, de forma que a mesma se sinta engajada para participar e compartilhar sua visão e experiências;
2. Ampliação e implementação em outras áreas de risco. Tanto da política “Pacto por um Ceará Pacífico” como a instalação de novas UNISEGS (programa de polícia comunitária coordenado pela política pública);
3. Urbanização dos territórios vulneráveis aos homicídios;
4. Melhoria na educação de jovens e adultos com uma busca ativa para inclusão dos mesmos no sistema escolar;
5. Melhoria do sistema socioeducativo e carcerário. O indivíduo em estado de privação de liberdade estará nas ruas em pouco tempo. O estado deve criar uma estrutura que o permita voltar a sociedade regenerado após o cumprimento da pena.
6. Expansão de tecnologias não letais por parte dos agentes de segurança. Sabemos que no momento atual, policiais também são vítimas do aumento da violência. Porém também são algozes. Não são poucas as vítimas de uma má abordagem policial. Os motivos são inúmeros, desde o estresse que a profissão causa nos agentes até falta de treinamento. Para isso, deve-se tentar implementar em locais com índices de violência baixos, uma abordagem com armas não-letais.

#### CONCLUSÃO

A pesquisa desenvolvida constatou que houve um aumento significativo nas práticas criminosas no Brasil e em especial no estado do Ceará. O aumento tem várias fontes e interpretações e as medidas tomadas pela administração estadual não foram suficientes para impedir o aumento exponencial que ocorreu nos últimos dez anos.

Houve, contudo, um olhar crítico da administração pública em enxergar que era necessário investir nas áreas onde o aumento foi mais significativo. Ainda existem críticas à política implantada, em grande parte pelo desconhecimento de grande parte do público das ações efetuadas, o que impede que muitas delas não façam parte da mesma, como é proposto pelo modelo de governança que a política tenta implementar.

Segundo Löffler (2001) o entendimento de governança é proposto por uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes.

Quanto ao objetivo da pesquisa, que foi visualizar a segurança pública do nosso estado e a ação do atual governo estadual sob a mesma, constatamos que a política pública implantada “Pacto por um Ceará Pacífico” ainda precisa ser expandida. Tanto em áreas de implantação, como na publicidade da mesma, porém a metodologia interdisciplinar que utiliza, rende uma aproximação maior entre os diversos setores que compõem a sociedade civil e o poder público. Podemos considerar isso um avanço em termos de abordagem da violência.

Finalmente pode-se observar através da pesquisa, que o atual cenário da sociedade, onde violência e criminalidade são constantes na vida dos cidadãos, que as políticas públicas onde o modelo de governança é proposto, nos parece ser o ideal, visto que a política é desenvolvida a partir das demandas da pessoas que são atingidas diretamente pelas causas advindas desses problemas. Além disso a própria população entra como um ator importante nesse processo, sendo ela mesma parte da solução.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- \_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- APPOLINÁRIO, F. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2006.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BIANCHI, A. M. A relação entre desigualdade e criminalidade São Paulo: Revista Folha de São Paulo. São Paulo, 1995
- CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações. 1. ed. 13° tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- DONA MARTA GANHA PRIMEIRA UPP*. Globo. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/em-19-de-dezembro-de-2008-dona-marta-ganhou-primeira-upp-do-estado-10942108>> acesso: 02 dez.2018.
- FERREIRA, N.J.C. Planejamento estratégico em segurança pública. Disponível em: <[www.observatorioseguranca.org](http://www.observatorioseguranca.org)>. Acesso em: 16/04/2019
- FERREIRA COSTA, Carlos Germano; DA SILVA, Edson Vicente. O que Realmente Importa no Processo de Tomada de Decisão Considerando Políticas Públicas Baseadas em Evidência. Revista Administração em Diálogo - RAD, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 124-143, mar. 2016. ISSN 2178-0080. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/rad.v18i2.20315/20254>>. Acesso em: 15 dez. 2018.
- FREIRE, Ivone Freire; BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Segurança Pública no Brasil. EDUFBA, Salvador, 2010,
- HUERTAS, F. Entrevista com Matus: o método PES. São Paulo: Fundap, 2004 Disponível em <<https://www.state.gov/documents/organization/222881.pdf>>. Acesso em: 01 dez.2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>>. Acesso em: 15/0/2018.
- KAHN, encia out.; ZANETIC, A. O papel dos municípios na segurança pública. Relatório final: concursos nacionais em pesquisas aplicadas em justiça criminal e segurança pública. Brasília: Senasp — Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2005.
- LIMA, Wagner Gonçalves. Política Pública: discussão de conceitos, 2012.
- LORENC, T.; TYNER, E.F.; PETTICREW, M.; DUFFY, S.; MARTINEAU, F. P.; PHILLIPS, G.; LOCK, K. Cultures of evidence across policy sectors: systematic review of qualitative evidence. European Journal of Public Health. v.24. i.6. p.104 -1047. 2014.
- LÖFFLER, Elke. Governance: Die neue Generation von Staats- und Verwaltungs- modern-isierung. Verwaltung + Management, v. 7, 2001.
- Ludke Menga, André, Marli. 1986. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo, EPU.
- MORA, O. Frank. A guerra às drogas e o “efeito-balão” no Ceará. Fortaleza: Revista O Povo. Entrevista concedida a Ricardo Moura. Fevereiro, 2018.

OLIVEIRA, Andreia Benetti Carvalho de., TEODOROVICS, Thomaz., ESTEVEZ, Luiz Alberto., CARDOSO, Marlon Alves. Unidades Paraná seguro e segurança pública no município de Curitiba: uma avaliação quantitativa local da implementação das unidades. Revista de Políticas Públicas. São Luís, v. 18, n. 2, p. 497-510, jul./dez. 2014

Relatório do Desenvolvimento Humano 2013. A Ascensão do Sul: Progresso Humano em um mundo diversificado. Brasil, 2013. Disponível em: [http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-hdr\\_portuguese-2013.pdf](http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-hdr-portuguese-2013.pdf). Acesso em 15/08/2018

SAPORI, L. F. Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

LOPES, E. Política e segurança pública: uma vontade de sujeição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Florianópolis: Laboratório de ensino a distância da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

SOUZA, K.R.; KERBAUY, M.T.M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099/21313>. Acesso em 10/09/2018

VIEIRA, V.A. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. Rev. FAE, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 61-70, jan./abr. 2002.